



SALÃO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA JÚNIOR
SALÃO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA



MOSTRA DAS CIÊNCIAS
E INOVAÇÃO
FÓRUM DE PESQUISA
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA



MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS: CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO BASEADAS EM PRESSUPOSTOS PEDAGÓGICOS

DIRCE T. AGUIAR - Acadêmica do Curso de Pedagogia EAD Polo ULBRA Santa Maria- RS

e-mail: dirce.aguiar@hotmail.com

ANDRÉIA BENVENUTTI DA ROSA - Coordenadora Pedagógica da E.E.E.M. Herbert de Souza inserida no CASESA (Centro Regional de Atendimento Socioeducativo de Santo Ângelo-RS)

e-mail: andreiabvenutti@yahoo.com.br

ROSSANO A. DAL-FARRA - PPGECIM/ULBRA Canoas RS-

e-mail: rossanodf@uol.com.br

RESUMO

As complexas configurações da sociedade brasileira contemporânea tem sido um grande desafio para educadores, legisladores e cidadãos. O crescimento da violência urbana, os índices de educação atuais e as pressões sociais contemporâneas demandam a construção de ações urgentes no sentido de minimizar os problemas que enfrentamos. Nesse cenário surgem ao longo da legislação brasileira as medidas socioeducativas. Discutidas nesse estudo com base na investigação do histórico da lei no Brasil coadunada com as possibilidades das medidas socioeducativas para solucionar problemas enfrentados diariamente pelos agentes que laboram nesse contexto e visando reintegrar os adolescentes que cumprem essas medidas.

RESULTADOS PRELIMINARES

A análise da legislação aponta alguns aspectos relevantes, incluindo mudanças importantes no olhar da sociedade em relação às crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é inovador em diversos aspectos, prevendo a aplicação de medidas socioeducativas e assumindo o binômio da educação e responsabilização como referência de atenção. Importante ter claro que, em todas as medidas, a ação socioeducativa deve prevalecer sobre os aspectos meramente sancionatórios.

Para efetivar a proteção integral dos adolescentes o SINASE demanda igualmente a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras. Logo, o ECA e o SINASE propõem uma intervenção educativa pautada na proteção integral, a qual considera o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa como um ser social que deve ser alvo de ação integral e integradora.

Compreende-se ainda, que o desenvolvimento de ações que visem a maior apropriação dos indivíduos em relação à vida em sociedade respeitando o espaço do outro, terão melhor aproveitamento se forem ofertadas, simultaneamente, com atividades laborais, esportivas e lúdicas.

Nesse contexto, o trabalho pedagógico realizado com Crianças e Adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas é desafiador e se torna altamente gratificante, tal como está sendo possível depreender dos diálogos iniciais que foram realizados com profissionais da área que laboram/laboraram com indivíduos cujas histórias de vidas na maioria das vezes são marcadas pelo abandono, exclusão da escola e pelas drogas. Muitos jovens convivem com o mundo do crime, com a sedução dos entorpecentes, com as promessas de dinheiro fácil e prestígio acenados pelo crime.

METODOLOGIA:

O estudo se encontra em andamento com os seguintes componentes atinentes à construção teórica:

- “Medidas Socioeducativas”;
- “Legislação Brasileira e Internacional”;
- “Cenário atual”.

Está em fase de conclusão a pesquisa documental relacionada à legislação brasileira vinculada à esta temática construída a partir de um eixo histórico que contempla o passado, o presente e as perspectivas futuras que se encontram em construção com base no que já possuímos no país.

Encontram-se em andamento também a realização de processos investigativos realizados diretamente com profissionais que atuam ou atuaram em Unidades de Atendimento Socioeducativo FASE/CASE das cidades de Santa Maria-RS e Santo Ângelo –RS, diálogos que estão subsidiando a construção de um repensar das medidas socioeducativas com base no histórico de sua aplicação e de resultados obtidos nas últimas décadas. A análise dos dados obtido é realizada com a Análise de Conteúdo e busca os principais aspectos presentes na literatura articulados com os depoimentos dos profissionais buscando os possíveis encaminhamentos para o repensar das práticas atualmente adotadas e as possibilidades futuras neste âmbito.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Estatuto da criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

CONANDA. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE- Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília:CONANDA,2006.

LDB. Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=12992>

SANTOS, E. P. Desconstruindo a Menoridade: a Psicologia e a produção da categoria menor. In: GONÇALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro]: Editora Nau, 2013.

SILVA, S. C. Socioeducação e juventude: reflexão sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. Serviço Social em Revista, v.14, nº2, p.96-118, 2012.